ATA Nº 5

1.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2023

21 DE NOVEMBRO DE 2023

-------- Aos vinte e um dias do mês de novembro, do ano de dois mil e vinte e três, pelas catorze horas e cinco minutos, Centro de Formação do Belo Jardim, freguesia de Santa Cruz, deste Concelho, reuniu a Assembleia Municipal da Praia da Vitória na primeira sessão extraordinária do ano de dois mil e vinte e três. ----------

-------- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros: ----------
--------Paulo Manuel Martins Luís - PPD/PSD, Maria Judite Gomes Parreira - PPD/PSD, Lucília de Fátima Toste Ávila – CDS-PP em substituição de Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto - CDS-PP, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira – PPD/PSD, João Paulo Rocha Ávila - PPD/PSD, Diana Maria Nunes Simões - CDS-PP, Silvestre Miguel Simões da Rocha – PPD/PSD em substituição de Lisandra Marina Barcelos Valadão - PPD/PSD, Fernando Fausto Miranda Lopes – PPD/PSD em substituição de Filipe Barcelos Rocha - PPD/PSD, Diana Andrade Ferraz Gomes – PPD/PSD em substituição de Vânia de Fátima Sousa Leal Oliveira - PPD/PSD, Valdemar Manuel Dias Toste - CDS-PP, Maria de Fátima Alves Homem – PS, Ricardo António Ferraz da Rosa – PS em substituição de Eulália Ferreira Toste Leal – PS, José Eliseu Borges de Lemos – PS em substituição de Valter Manuel Linhares Peres - PS, Nisa de Fátima Borges Vieira da Costa Ramos – PS em substituição de Carina Marlene Pires Dias - PS, Simão Pedro Meneses Fonseca - PS, Daniela Leal de Andrade - PS, José Adriano Meneses Laranjo - PS, José Manuel de Aguiar Paim - PS, Miguel da Costa Bettencourt – GCE em substituição de Rita Lemos Borges - GCE, Orlando Manuel Rodrigues Fontes – GCE em substituição de Bruno Manuel de Aguiar Borges - GCE, Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Agualva, Luís Carlos Duarte Vieira - Junta de Freguesia dos Biscoitos, Osvaldo Manuel Borges de Sousa - Junta de Freguesia do Cabo da Praia, John Oliveira Borges - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Paulo Rui Pacheco de Sousa - Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste - Junta de Freguesia da Vila das Lajes, Raquel Santos Mendonça - Junta de Freguesia do Porto Martins, Bruno Narciso Meneses Lopes - Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras, António Manuel Mendonça Borges - Junta de Freguesia de Santa Cruz, Elmano José Fagundes Veríssimo em substituição de Marco Aurélio Ferreira Toste - Junta de Freguesia de São Brás e Vasco Miguel Valadão de Lima - Junta de Freguesia da Vila Nova. ----------

-------- Verificou-se a ausência dos seguintes membros: ----------
--------Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto - CDS-PP, Lisandra Marina Barcelos Valadão - PPD/PSD, Filipe Barcelos Rocha - PPD/PSD, Vânia de Fátima Sousa Leal Oliveira - PPD/PSD, Eulália Ferreira Toste Leal – PS, Nivalda de Fátima Meneses

Bettencourt – PS, Valter Manuel Linhares Peres – PS, Carina Marlene Pires Dias – PS, Rita Lemos Borges – GCE, Bruno Manuel de Aguiar Borges – GCE e Marco Aurélio Ferreira Toste - Junta de Freguesia de São Brás.--------- ----------

-------- À presente reunião apresentaram justificações de falta e pedidos de substituição, nos termos do número um do artigo setenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e que foram aceites, os seguintes membros: -----
-------- Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto - CDS-PP, Lisandra Marina Barcelos Valadão - PPD/PSD, Filipe Barcelos Rocha - PPD/PSD, Vânia de Fátima Sousa Leal Oliveira - PPD/PSD, Eulália Ferreira Toste Leal – PS, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt – PS, Carina Marlene Pires Dias – PS, Rita Lemos Borges – GCE, Bruno Manuel de Aguiar Borges – GCE, Marco Aurélio Ferreira Toste - Junta de Freguesia de São Brás, Rita Lemos Borges – GCE, Carla Maria de Mendonça Spencer Pereira de Sousa – GCE, Carolina de Fátima Nunes Amaral – PS, Ana Cristina Pereira Rocha – CDS-PP, Sandra Isabel Ávila Galvão – PPD/PSD, Filipe Alexandre Ávila Aguiar – PPD/PSD, Rodolfo Paulo Silva Lourenço Franca – PS, Pedro Miguel da Rocha Medeiros – PS, Marta Maria Candeias de Meneses –PS e Daniela Filipa Arruda Medeiros – PS e Joana Ávila Machado - PS. ----------

-------- À presente reunião não apresentaram justificação de falta, nos termos do número dois do artigo vinte e nove, da Lei número setenta e cinco de barra dois mil e treze, de doze de setembro, sendo consideradas faltas injustificadas, os seguintes membros: -------
-------- Valter Manuel Linhares Peres – PS, Fábio Manuel Ávila Valadão – PS, Mónica Andreia Simões Brum – PS, Nuno Miguel da Silva Santos – PS e Francisco António Simões da Rocha – PS.----------

-------- Para além da Sra. Presidente da Câmara Municipal, participaram na sessão os seguintes Vereadores: ----------
-------- Ricky Joe Baptista, Paula Cristina Borges de Sousa, Otília Maria de Sousa Martins, Marco Euclides Lemos Martins, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira e Pedro Jorge Mendes Machado.----------

-------- Participou a sua falta à reunião, nos termos do número três do artigo quarenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, os seguintes membros da Câmara Municipal: ----------
-------- Berto José Branco Messias, Isménia Carvalho Landeiro Alves, Leila Meneses Dinis e Nuno Miguel Leal Ribeiro.----------

-------- **O Sr. Presidente da Mesa** informou que, previamente e em sessão de conferência de representantes, solicitou que, não cumprindo o ponto número quinze do

Regimento da Assembleia Municipal, aquela sessão tivesse lugar, tendo o mesmo sido aceite por todos. ----------

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

-------- **1. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**.----------
-------- Sem intervenções. ----------

-------- **2. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS RELATIVO AO 2º TRIMESTRE DE 2023 DA TERAMB, EM;** ----------
-------- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.----------
-------- **A Assembleia tomou conhecimento.** ----------

-------- **3. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE INTERNALIZAÇÃO PARCIAL DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA PRAIA AMBIENTE, EM, NO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA;** ----------
-------- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.----------
-------- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** ----------
-------- **A Deputada Diana Simões** apresentou uma declaração de voto: ----------
-------- "Basicamente, ao longo destes últimos dois anos, temos vindo a conhecer, com mais detalhe, todos os esquemas, todos os jogos que foram feitos pelo PS. Jogos e esquemas que foram feitos com o município da Praia da Vitória e com estas suas empresas municipais, nos últimos dezasseis anos. Ficamos a saber que a Praia Ambiente se endividou em cerca de, mais ou menos três milhões de euros para adquirir e realizar obras, tal como disse a Sra. Presidente, em edifícios que não usa, que nunca usou e que nunca vai usar. São edifícios que nada tem que ver com o seu objeto social, como é o caso do multisserviços do Cabo da Praia, o multisserviços da Vila Nova, o da Rua de Jesus e são edifícios que, para além de não terem nada que ver com o objeto social da Praia Ambiente, também esta dívida nada tem que ver com a Praia Ambiente. Esta é uma divida que compromete e condiciona a ação da Praia Ambiente, que ao invés de poder investir, por exemplo, na renovação da sua frota de carros do lixo, que em muito serve toda a sua comunidade, não, está afogada em dívida e os edifícios são usados por outras entidades que nada dão para ocupar esses espaços, aliás, todas estas empresas municipais que foram criadas, já se falou da Praia em Movimento, a Praia Ambiente, a Cooperativa, todas essas empresas municipais que falamos hoje e vamos falar, foram usadas para esconder desta Assembleia e impedir esta Assembleia de realizar aquele que é o seu trabalho e a sua ação fiscalizadora, quer da atividade da Câmara, quer de toda a área financeira do grupo municipal. Com isto, o grupo municipal do CDS-PP, não podia manifestar outra posição que não fosse a concordância com esta internalização."----------

--------**4. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE INTERNALIZAÇÃO TOTAL DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA PRAIA CULTURAL, CIPRL, NO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA;** ----------

-------- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.----------

-------- **O Deputado Ricardo Rosa** interveio e relembrou que em determinadas fases e conjunturas difíceis, havia planos e políticas orçamentais atípicas que, por vezes, levavam a uma estrutura de despesa contabilística orçamental mais virada para uma tendência ao endividamento, devido ao contexto e às necessidades sociais que determinados lugares viviam periodicamente e um pouco à escala microeconómica nos pequenos lugares isso também acontecia. Disse que era um pouco desvairado e leviano classificar toda a política levada a cabo pelo PS, aquando da sua passagem pelo executivo camarário da Praia da Vitória, só porque tinha sido despesista e adjetivando, classificando e por vezes apelidando as pessoas envolvidas nos referidos cargos, de pessoas menos sérias, fazendo e criando processos maquiavélicos de engenharia financeira, insinuando, por vezes, de terem proveitos em benefício próprio. Relembrou que todos, de forma direta ou indireta, dependiam do nível da governança autárquica, da sua visão estratégica e da sua capacidade de gestão corrente do concelho. Disse que, infelizmente podiam constatar, mais recentemente, que havia uma avaliação negativa sobre o nível daquele executivo e sobre as suas capacidades, quer de visão estratégica, quer de gestão corrente, avaliação esta feita não só pelas oposições partidárias, como pela sociedade civil em geral e até por alguns simpatizantes do PSD/CDS, o que demonstrava uma desorientação no PSD e na coligação. Informou que, àquela bancada, que representava os cidadãos e a Praia da Vitória, era exigido, mais do que nunca, um forte empenhamento, fazendo tudo o que estivesse ao alcance da mesma para ajudar os seus concidadãos a verem criadas as condições de um contexto social mais justo para ultrapassarem as necessidades que enfrentavam todos os dias e era isso que fariam. Posto isso, expôs o seguinte: "*Na sequência das frequentes e recentes manifestações de insatisfação pública, por todos conhecidas, sobre as infelizes decisões tomadas recentemente pelo executivo camarário do PSD, designadamente: a diminuição e fim de algumas atividades de animação natalícia; a desvalorização da rede municipal de creches e ATL's, pela redução da capacidade dos recursos humanos e dos horários das valências de São Brás e Cabo da Praia; a severa redução dos apoios e da dinamização dos centros de convívio e, até mesmo, no desporto com o fim do programa Freguesias Ativas.*" Disse que, tudo isso, se traduzia por parte do executivo, numa profunda clara falta de muitas coisas, relevando uma falta de empatia a todas as pessoas que viviam no concelho, o que fazia aumentar o sentimento de apreensão quanto ao futuro do concelho. Relativamente às matérias do plano de internalização, que passariam a ser da responsabilidade do município, como era o caso da área da educação, da formação, do desporto, da cultura, da economia e da solidariedade social, e tendo em conta o conteúdo dos anexos às atas da Direção e da Assembleia Geral desta, do passado dia três de novembro e oito de novembro respetivamente, solicitou, sobre o ponto um do referido plano, que fosse explicitado o efetivo compromisso e a garantia da

continuidade das ações presentes naquele ponto, bem como, para quando e em que emanação documental seria devidamente apresentado. ----------

--------**A Deputada Maria Judite Parreira** iniciou a sua intervenção dizendo que toda aquela bancada lamentava a situação em causa, mas a mesma era inevitável, consequência das engenharias financeiras já tantas vezes referidas. Disse que tinha havido despesismo, não se tinha pensado que havia amanhã e não era a bancada do PSD que o dizia, mas sim o Tribunal de Contas e já há muito tempo, há tanto tempo que o próprio PS, ainda na Câmara, falou em fazer a internalização, mas nunca o tinha feito porque sabia dos problemas que ia enfrentar e era preciso coragem para tal. Informou que, ao contrário do que muitas vezes se dizia, aquilo não tinha sido o mais fácil, porque o mais fácil seria continuar a dar tudo a todos, era continuar a gastar como se não houvesse amanhã, porque amanhã alguém haveria de pagar. Acrescentou que, alguém tinha que pôr ordem na casa e resolver a situação financeira para posteriormente se poder recomeçar, com a garantia que havia sustentabilidade e para que os filhos não tivessem que pagar por aquilo que os pais haviam feito. Concluiu informando que, por tudo isso, se congratulavam com a posição da Câmara da Praia da Vitória e esperava que o futuro fosse mais risonho e que, a partir dali, se pudessem tomar posições concertadas e solidificadas, para que mais ninguém na Praia da Vitória tivesse que passar por aquela situação.----------

--------**O Deputado Miguel Bettencourt** questionou o que as auditorias, financeira e de recursos humanos, tinham trazido de novo à luz da discussão daquele ponto. ----------

--------**O Deputado Hélio Rocha** esclareceu que o Freguesias Ativas, motivado, gerado, organizado pela Câmara da Praia, tinha desaparecido, mas quando a Sra. Presidente percebeu que tinha que haver redução do efetivo, teve a preocupação de falar com as juntas e anunciar que ia haver uma série de atividades que ficariam comprometidas com a mesma, mas que, em contra partida, as juntas passariam a beneficiar de maior envelope financeiro que permitiria que elas pudessem continuar com algumas atividades, como por exemplo, o Freguesias Ativas. Informou que, havia algumas freguesias que, à conta do referido aumento de verbas, continuavam com o programa em causa.----------

--------**O Deputado Orlando Fontes** interveio e disse que convinha para a frente olhar e acautelar, por exemplo, o direito dos trabalhadores, tanto os que estavam na Câmara, como os que seriam transferidos da Cooperativa Praia Cultural, porque poderia haver algum embate relativamente às carreiras dos mesmos e ao posicionamento destes no quadro do grupo de pessoal da Câmara Municipal da Praia da Vitória. Posto isso, questionou se já havia alguma coisa feita nesse sentido, se estavam a pensar no assunto e se havia algum conflito de interesses relativamente ao que poderia acontecer com a integração dos novos trabalhadores da Praia Cultural. Quanto aos vinte e oito trabalhadores que não tiveram colocação na Câmara da Praia, questionou se já havia um memorando de entendimento entre a Câmara da Praia e o membro responsável do Governo Regional. ----------

--------**A Presidente da Câmara Municipal** iniciou a sua intervenção colocando uma questão ao Deputado Ricardo Rosa, ou seja, se naquele momento a Praia da Vitória não

tinha necessidades, se apenas as tinha tido no passado, se naquele momento não havia necessidade de efetivar alguma dívida para poder responder às necessidades dos munícipes. De seguida, confessou que ficava muito entristecida de ouvir, da parte do mesmo, as palavras "desvairado" e "leviano", porque se fosse para falar naqueles termos não estavam a viver em democracia e não se respeitariam uns aos outros e, na verdade, não tinha usado aqueles termos, por isso, achava que se deveria ter alguma contenção na forma como se colocava palavras daquela natureza. De seguida, respondeu ao mesmo Deputado dizendo que, após a deliberação daquela internalização total, tinha que ser aberto um concurso, ao abrigo da mesma, para que se pudesse fazer o acolhimento de todos os funcionários. Relembrou que estavam a transitar toda a atividade e, afeta à mesma, todos os colaboradores que eram imprescindíveis para essa atividade e era isso que estava no plano apresentado. ----------

--------Respondendo ao Deputado Miguel Bettencourt, disse que a auditoria tinha confirmado muito daquilo que se sabia e clarificado muito do que ainda não se sabia, isto é, legitimar a situação atual que, com toda a segurança, podiam apresentar aos praienses. ----------

--------Quanto ao Deputado Orlando Fontes, referiu que o memorando tinha que ser feito de forma a assegurar e acautelar todos os direitos dos funcionários, que toda a informação solicitada, por parte do Governo Regional, já tinha sido entregue. Informou que, a par do referido processo, estavam a trabalhar em todos os outros que já estavam para integrar no município, por isso, já tinha sido diligenciado, junto das entidades com competência, uma avaliação pormenorizada de cada um dos elementos, pois muitos deles não cumpriam a escolaridade obrigatória. Disse que já tinham informação que a partir de janeiro estes já se poderiam inscrever para frequentar a formação e, assim, legitimarem as respetivas qualificações para poderem ser assumidos ao abrigo do referido concurso. Informou que o processo tinha que ser feito todo junto, tinha que ser feito o quanto antes, poderia ficar barrado devido àquelas situações, mas não podiam deixar que aquelas pessoas não tivessem a oportunidade de o fazer. Quanto ao memorando, disse que todas as indicações já tinham sido dadas, com as cláusulas excecionadas de todas aquelas situações. Referiu que tinha havido uma ponderação no sentido de se perceber, juridicamente, como é que tudo aquilo poderia ficar transposto num documento que tivesse o máximo de validade na proteção dos funcionários e estavam a aguardar que o mesmo fosse entregue, para ser assinado por todas as entidades, conforme acordado. Concluiu dizendo que o que estavam a fazer era continuar com o caminho que já estava definido, ou seja, o processo de internalização dos noventa e um funcionários que já estavam sinalizados, juntamente com os vinte e oito, por a forma a se cumprir o que tinha sido deliberado e, posteriormente, fazer a transição destes últimos para a função pública.----------

--------**A Deputada Maria de Fátima Homem** começou por dizer que a Praia tinha várias necessidades, sendo uma delas da parte do executivo camarário, isto é, que existisse mais respeito e um trabalho mais afincado com os próprios trabalhadores; que existisse mais parcerias com o Governo Regional, pois o que se tinha visto, em todo aquele percurso dos despedimentos, era um total desfasamento entre o município e o

Governo Regional. Tendo em conta o parecer da firma de advogados Borges da Ponte, Linhares Dias & Associados, questionou o porquê de todo aquele processo de despedimentos e disse que se podia ter chegado a um acordo, com o Governo Regional, antes de se chegar àquele ponto. De seguida, disse que a situação ainda não estava toda resolvida, uma vez que se estava a passar toda a atividade e todos os funcionários para a Câmara, mas depois estes últimos iam sair e aí como ia ser, por isso, questionou se o programa apresentado era verdadeiro ou falso. ----------

-------- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que, no plano apresentado, estava explicito qual a atividade e que funcionários a sustentavam. De seguida, respondeu que era óbvio que o documento apresentado era verdadeiro e que em momento algum tinham apresentado um documento que não o fosse. Disse que tinham noção que aquela tinha sido uma situação muito constrangedora para todos, inclusive para eles, mas para o PS ainda não tinha havido qualquer tipo de constrangimento em reconhecer o quanto tinham afundado a Praia. Referiu que o PS se tinha atrelado e defendido a resolução do Bloco de Esquerda, pois até ali nada tinha feito para resolver a situação/defender os funcionários. Informou que as decisões tomadas por aquele executivo tinham por base os dados ali apresentados, por mais difíceis que estes fossem. Disse que a sustentabilidade dos vinte e oito funcionários ia depender da ação do Governo Regional, pois a Câmara continuava sem condição financeira de os acolher. Informou que muitos tinham sido os contatos feitos com o Governo Regional e algumas respostas tinham sido dadas, dentro daquela que tinha sido a avaliação deste e apenas mediante uma avaliação mais profunda da situação, tinham entendido que podiam salvaguardar os referidos funcionários, mas precisavam da garantia de que tudo o que estava no memorando fosse efetivado, caso contrário o problema mantinha-se. Confessou que a decisão não tinha sido no *timing* certo e já se tinha manifestado em relação a isso, mas dizer que não tinham desenvolvido o devido trabalho em relação àquela necessidade, não era verdade. Concluiu dizendo que aquele processo não era mais nem menos do que regularizar a vida das pessoas e o trabalho que estava a ser desenvolvido era nesse sentido e com o máximo de respeito por todas elas. ----------

-------- **O Deputado Miguel Bettencourt** relembrou que a resposta à sua questão tinha sido de que as auditorias tinham confirmado e clarificado o que o Tribunal de Contas já tinha dito por mais do que uma vez. Disse que, além de ter sido uma confirmação cara, era também a suspeita, para algumas pessoas, de que o Tribunal de Contas não fez bem o seu trabalho e era preciso uma segunda entidade vir confirmar o que este tinha feito. Referiu que se tinha clarificado, levava à sua segunda questão, que não tinha sido respondida, ou seja, o quê concretamente. ----------

-------- **O Deputado Ricardo Rosa** esclareceu que não tinha apelidado a Sra. Presidente de ser leviana, nem desvairada, apenas tinha classificado a corrente constante do lavar de roupa desde há dois anos daquele mandato, sobre os mandatos do PS. Disse que as pessoas já não queriam saber disso e estavam ali para avaliar o atual mandato. Posto isso, esclareceu que a questão colocada era sobre o compromisso e garantia da continuidade das ações presentes no ponto um do anexo às atas e para quando a sua emanação documental. De seguida, respondeu à questão colocada dizendo que a Praia

tinha necessidades de diversa ordem, mas não eram só financeiras, como por exemplo, o executivo camarário acompanhar de perto o que se passava no seu concelho, necessidades de visão estratégica e planeamento e informou que tinha todo o gosto em trabalhar naquele assunto e contribuir com ideias e com propostas para que a Praia fosse amanhã melhor do que aquilo que era hoje.----------

--------**O Deputado José Laranjo** interveio e mencionou que não era correto dizer-se que o PS nunca se tinha preocupado com o problema em discussão, até porque no último mandato se iniciou o processo de internalização. Relembrou que a Sra. Presidente estava sempre a dizer que o PS nunca tinha apresentado propostas, o que poderia ser verdade em sede de Assembleia Municipal, mas não o era em sede de Câmara Municipal, porque várias tinham sido as vezes que os vereadores do PS apresentaram as mesmas. Acrescentou que se podia dizer o que se quisesse, mas daquilo que sabia, as intervenções daquela bancada, na última Assembleia, algumas da sua pessoa, não estavam atreladas a mais nenhuma cor politica e quem estava na Assembleia Regional é que tinha que responder por si. Repetiu que a Sra. Presidente tinha assumido, na sessão de abril, que aquela era uma posição política e, quer se gostasse ou não, a mesma tinha colocado o carro à frente dos bois, uma vez que não esgotou todas as possibilidades antes de ter anunciado os despedimentos. Concluiu dizendo que se tivesse existido um pouco mais de calma, o assunto tivesse sido analisado de outra maneira e se existia o diálogo que a Sra. Presidente dizia existir com o Governo Regional, porque se tinha chegado àquele ponto, porque é que tinha sido preciso despedir, porque é que tinha sido preciso o Bloco de Esquerda levar uma proposta à Assembleia Regional para que aquele assunto fosse revertido.----------

--------**A Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado Miguel Bettencourt dizendo que a auditoria em causa pegava em anos que não estavam sob avaliação do tribunal de contas. Acrescentou que tinha dado indicações de alguns processos que tinham sido trabalhados de forma duvidosa, por isso os documentos tinham sido entregues a todas as entidades que deveriam ser informadas, consoante as situações detetadas. Esclareceu que aquele era um documento técnico, com uma base jurídica, que trazia a novo uma avaliação sobre os recursos humanos, porque o Tribunal de Contas não tinha legitimidade de o fazer e, embora fosse um processo dispendioso, tinha vindo complementar muito daquilo que era preciso para ter a "*radiografia*" do que tinham na mão. Relativamente à intervenção do Deputado José Laranjo, disse que tinha sido uma decisão política, porque todas o eram, mas que tinham tomado essa decisão mediante uma base técnica, jurídica e financeira. Respondeu que tinha esgotado todas as possibilidades e disse que era importante que a questão sobre o porquê do Governo só ter atuado naquela altura, fosse colocada ao mesmo, pois eram duas entidades autónomas e a resposta que tinham obtido era a de que não havia a possibilidade de considerar aqueles elementos. Informou, novamente, que estavam a aguardar que o Governo Regional apresentasse o memorando para ser assinado e um contrato que pudesse sustentar todos os ordenados até que aquele processo estivesse finalizado. Respondeu ao Deputado Ricardo Rosa dizendo que dariam seguimento quando tivessem todas aquelas deliberações votadas, por isso, estavam ali reunidos de forma

extraordinária. Referiu que queriam resolver aquela situação o quanto antes, mas tinham noção que havia situações que podiam atrasar a mesma, como era o caso já referido da regularização da escolaridade obrigatória. Concluiu dizendo que havia muito trabalho que era feito, mas não era visto, com presença de membros do Governo na Praia da Vitória, para conhecer a realidade da mesma, portanto, dizerem que não sabiam, não era verdade.----------

--------**A Deputada Maria Judite Parreira** iniciou a sua intervenção relembrando que na sessão de abril tinha lançado um repto, ao líder da bancada do PS, para fazerem um pacto de estabilidade/um acordo pelo futuro da Praia da Vitória, não tendo obtido qualquer resposta até à data, por isso, não lhe viessem dizer que queriam discutir ideias, porque sempre que foram pedidos contributos, a bancada do PS não tinha dado um sequer. Acrescentou que não era correto dizer que não tinha havido qualquer esforço, por parte da Câmara Municipal, que não houve a tentativa, diálogo junto do Governo Regional para que a situação fosse resolvida. Posto isso, disse que o problema tinha ficado parcialmente resolvido, porque enquanto não tivessem a garantia de que os ordenados seriam pagos, de todos os funcionários a internalizar, não estava resolvido, mas congratulavam-se com a solução e esperavam que ela se viabilizasse. Concluiu dizendo que todos queriam o melhor para a Praia e, por isso, uma vez mais apelou à cooperação e ao entendimento pelo futuro da Praia.----------

--------**O Deputado José Laranjo** interveio e esclareceu que nunca tinha dito que tudo o que o atual executivo tinha feito, tinha sido mal feito, tal como nunca o tinha insultado, nem tinha dito que tinham procedido aos despedimentos com agrado. Acrescentou que lamentava que só naquele momento, a Sra. Presidente, tivesse informado que só depois de toda aquela situação é que o Governo tinha tomado a decisão que tomou, pois não tinham conhecimento dos contatos existentes anteriormente. Relembrou que, relativamente ao processo de Santa Rita, estavam a pouco mais do início quando houve eleições reginais e o PS perdeu as mesmas. Informou que também se congratulavam com a reversão dos despedimentos, mas se queriam fazer parecer aos praienses que o PS se tinha atrelado ao Bloco de Esquerda, a si o que lhe parecia era que quem mais se havia atrelado era o PSD e o CDS a nível Regional, porque só depois disso é que o Governo Regional decidiu tomar aquela decisão. Posto isso, questionou o porquê do PSD Praia, naquela casa, não ter apresentado um voto de recomendação sobre aquela situação, para ajudar o executivo a resolver a mesma. Por fim, questionou para quantos meses as indeminizações, devolvidas pelos funcionários que tinham regressado ao serviço, davam para suportar os vencimentos dos mesmos. ----------

--------**O Deputado César Toste** interveio e disse que, como representante de uma junta de freguesia, ficava bastante feliz, porque se, basicamente nos últimos dois anos, não conseguiam ver uma luz ao fundo do túnel, sentia que naquela sessão extraordinária se estava a colocar no mais transparente possível o que devia ser a real situação de qualquer município do país, ou seja, as contas certas, as coisas devidamente legalizadas e as dividas assumidas, para se conseguir projetar a Câmara para a frente. Disse que o que se tinha passado naqueles dois anos, tinha sido um arrumar da casa, mas tinham que

pensar que a vida não se resumia à Câmara Municipal, havia dez freguesias e a Vila das Lajes, que tinham fornecedores, famílias, instituições que se viram estranguladas por haver falta de dinheiro. De seguida, questionou se ainda havia fornecedores e instituições à espera de receberem situações do mandato anterior. Referiu que, enquanto juntas de freguesia, era-lhes exigido transparência e eram fiscalizados ao pormenor, com orçamentos que por vezes nem chegava a cinquenta mil euros, por isso, não percebia como aquela situação se tinha arrastado, numa Câmara Municipal, daquela forma. Confessou que estava muito feliz por, finalmente a Praia estar a ver aquele processo fechado e se conseguir ver uma luz ao fundo do túnel. Deu os parabéns, à Sra. Presidente pela coragem da mesma em enfrentar aquela situação e disse esperar que se pudesse ver uma forma do município liquidar as suas dívidas, olhar para o ano de dois mil e vinte e quatro e dizer que se tinha dinheiro para pagar aos fornecedores e instituições com pagamentos em atraso. ----------

-------- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado César Toste dizendo que os fornecedores estavam a ficar para trás, porque com aquela gestão difícil, tinham que fazer opções e, por isso e como tinham posto sempre as pessoas em primeiro lugar, nunca tinha falhado um ordenado, de seguida estavam os compromissos bancários, porque tinham noção dos constrangimentos que isso causava ao município, à Cooperativa e, até mesmo, às entidades bancárias e o que era certo era que não tinham falhado, mas estavam em falta com fornecedores, instituições, com as juntas de freguesia. Acrescentou que, se tivessem herdado a dívida, mas o património estivesse sem nenhum problema, era tudo mais fácil, tinham que fazer a gestão do dia-a-dia, mas isso não acontecia porque todo o património tinha problemas, por isso, questionou onde todo aquele dinheiro tinha sido investido. De seguida, respondeu ao Deputado José Laranjo dizendo que, com a devolução das indeminizações tinham os meses de novembro e dezembro acautelados, mas achava que no início do ano não iam conseguir assumir toda aquela despesa, por isso, era essencial um sinal de compromisso, por parte do Governo Regional de que assumia, mediante a votação e a recomendação feita na Assembleia Legislativa Regional, que teria que ser cumprida, caso contrário poderia colocar em risco os funcionários em discussão e muitos outros, porque a Câmara poderia entrar numa situação muito delicada. Disse que a Câmara Municipal assumia a sua total responsabilidade, por isso, o processo estava a decorrer, a internalização tinha que ser feita e o procedimento concursal, ao abrigo da mesma, teria que ser feito para todos os funcionários, mas também estava claro que não tinham capacidade de sustentação financeira dos respetivos vencimentos. Concluiu dizendo que era importante que todas as partes se unissem, no sentido efetivo de se colocar aquela situação, o quanto antes, operacional. ----------

-------- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** ----------

-------- **O Deputado José Laranjo** apresentou uma declaração de voto: ----------

-------- "A bancada do PS, naturalmente, votou favoravelmente esta proposta, mal seria se não votasse, uma vez que já tinha dado inicio ao processo e fazemos votos que, efetivamente, na parte que toca aos trabalhadores da Praia Cultural, que o Governo Regional assuma o seu compromisso e que se chegue à frente, entre coimas, o mais

rapidamente possível e que seja solidário com a Câmara Municipal e, indiretamente com os trabalhadores, para que, efetivamente, este assunto fique resolvido de uma vez por todas.”----------

--------**5. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DISSOLUÇÃO COM A INTERNALIZAÇÃO TOTAL DA ATIVIDADE DA PRAIA CULTURAL, CIPRL, NO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA;** ---------

--------**A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.----------

--------**A Deputada Maria Judite Parreira**, em nome da bancada do PSD, propôs a criação de um Conselho Municipal da Cultura da Praia da Vitória, onde tivessem assento todos os agentes culturais e onde pudessem ser ouvidos a bem da cultura do concelho. ----------

--------**O Deputado Ricardo Rosa** interveio e disse congratular-se com a proposta apresentada, porque defendia o envolvimento pleno de todas as partes interessadas para contribuir com propostas para quem tinha a governança. Disse concordar e que votaria a favor quando tal proposta fosse sujeita a votação, independentemente da bancada de origem.----------

--------**A Presidente da Câmara Municipal** informou que acolhia de bom grado a proposta apresentada e que ficava o compromisso de se pesquisar e perceber, dentro dos procedimentos a adotar e legais, se se podia formar. ----------

--------**Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**----------

--------**Vinte votos a favor, nomeadamente:** ----------

--------**Treze do PPD/PSD -** Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira, João Paulo Rocha Ávila, Silvestre Miguel Simões da Rocha, Diana Andrade Ferraz Gomes, Fernando Fausto Miranda Lopes, Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Agualva, Luís Carlos Duarte Vieira - Junta de Freguesia dos Biscoitos, John Oliveira Borges - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Paulo Rui Pacheco de Sousa - Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste - Junta de Freguesia da Vila das Lajes e Raquel Santos Mendonça - Junta de Freguesia do Porto Martins; ----------

--------**Três do CDS-PP** - Lucília de Fátima Toste Ávila, Diana Maria Nunes Simões e Valdemar Manuel Dias Toste; ----------

--------**Dois do GCE** - Miguel da Costa Bettencourt e Orlando Manuel Rodrigues Fontes. ----------

--------**Três do PS**– Osvaldo Manuel Borges de Sousa- Junta de Freguesia do Cabo da Praia, Bruno Narciso Meneses Lopes- Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras e Vasco Miguel Valadão Lima- Junta de Freguesia da Vila Nova. ----------

--------**Nove abstenções do PS** - Maria de Fátima Alves Homem, Nisa de Fátima Borges Vieira da Costa Ramos, Daniela Leal Andrade, José Adriano Meneses Laranjo, José Manuel de Aguiar Paim, Ricardo António Ferraz da Rosa, Simão Pedro Meneses Fonseca, António Manuel Mendonça Borges - Junta de Freguesia de Santa Cruz e Elmano José Fagundes Veríssimo - Junta de Freguesia de São Brás. ----------

--------**A Deputada Diana Simões** apresentou uma declaração de voto: ----------

-------- "O grupo municipal do CDS-PP, votou a favor desta dissolução porque não nos faz qualquer sentido, depois de internalizada toda a atividade, de internalizar todos os funcionários, internalizar o passivo e o ativo da Cooperativa Praia Cultural, salvaguardada ainda aqui a posição de todos os cooperantes e, ainda por cima, depois da apresentação da bancada do PSD em relação à possibilidade de se fazer um Conselho Municipal da Cultura, que esta Cooperativa Praia Cultural se mantenha e não seja dissolvida, até porque, eu não sei, poderá abrir um precedente para o futuro."----------

-------- **6. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TRÂNSITO DA CIDADE DA PRAIA DA VITÓRIA.**--------

-------- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.----------

-------- **O Deputado António Borges**, na qualidade de presidente de junta, interveio e apresentou alguns aspetos que achou que se poderiam retificar.----------

-------- **O Deputado Ricardo Rosa** usou da palavra e disse que achava que fazer uma revisão de trânsito, apenas culminando com a alteração de dois ou três aspetos, era "muita parra para pouca uva", e que, com a última intervenção, vinha-se a verificar que era conveniente aprimorar mais aquele tipo de trabalhos, para que chegassem àquele órgão com outro refinamento.----------

-------- **O Deputado Miguel Bettencourt** interveio e disse que, fase à preocupação manifestada pelo Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Santa Cruz apelavam para que a aprovação do ponto em causa fosse adiada, dando a hipótese de se fazer um trabalho mais abrangente. ----------

-------- **O Presidente da Mesa** informou que o documento apresentado emanava das diversas comissões de trânsito que tinham acontecido e, inclusive tinha estado em discussão pública, da qual tinha conhecido que tinha havido três propostas de alteração.-

-------- **O Deputado António Borges** interveio para apresentar mais uma correção ao documento.----------

-------- **O Presidente da Mesa** eram dezasseis horas e vinte e cinco minutos**,** interveio e propôs que se fizesse um intervalo o qual foi aceite. ----------

-------- Pelas dezasseis horas e trinta minutos reiniciaram-se os trabalhos. ----------

-------- **O Presidente da Mesa** informou que tinha sido entendimento, da conferência de representantes, proceder à votação do ponto, havendo o compromisso da Câmara Municipal, a partir do início do próximo ano, reunir a Comissão de Trânsito do Concelho e considerar as propostas apresentadas pelo Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Santa Cruz.----------

-------- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**----------

-------- **Dezasseis votos a favor, nomeadamente:** ----------

-------- **Treze do PPD/PSD -** Paulo Manuel Martins Luís, Maria Judite Gomes Parreira, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira, João Paulo Rocha Ávila, Silvestre Miguel Simões da Rocha, Diana Andrade Ferraz Gomes, Fernando Fausto Miranda Lopes,

Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Agualva, Luís Carlos Duarte Vieira - Junta de Freguesia dos Biscoitos, John Oliveira Borges - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Paulo Rui Pacheco de Sousa - Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste - Junta de Freguesia da Vila das Lajes e Raquel Santos Mendonça - Junta de Freguesia do Porto Martins; ----------

-------- **Três do CDS-PP** - Lucília de Fátima Toste Ávila, Diana Maria Nunes Simões e Valdemar Manuel Dias Toste; ----------

-------- **Quinze abstenções, nomeadamente:** ----------

-------- **Duas do GCE** - Miguel da Costa Bettencourt e Orlando Manuel Rodrigues Fontes.

-------- **Treze do PS** - Maria de Fátima Alves Homem, José Eliseu Borges de Lemos, Nisa de Fátima Borges Vieira da Costa Ramos, Daniela Leal Andrade, José Adriano Meneses Laranjo, José Manuel de Aguiar Paim, Ricardo António Ferraz da Rosa, Simão Pedro Meneses Fonseca, Osvaldo Manuel Borges de Sousa- Junta de Freguesia do Cabo da Praia, Bruno Narciso Meneses Lopes- Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras, António Manuel Mendonça Borges - Junta de Freguesia de Santa Cruz, Elmano José Fagundes Veríssimo - Junta de Freguesia de São Brás e Vasco Miguel Valadão Lima- Junta de Freguesia da Vila Nova. ----------

-------- **O Deputado António Borges** apresentou uma declaração de voto: ----------

-------- "Parece-me que, independentemente de ele ter passado, teria sido muito cortês ter enviado à Junta de Freguesia de Santa Cruz, que era a freguesia implicada, para tomar conhecimento antes de ser aprovado." ----------

-------- **APROVAÇÃO POR MINUTA:** ----------

-------- Tendo a Câmara invocado urgência na entrada em vigor das deliberações desta Assembleia, foi proposto à Assembleia que a ata, quanto às deliberações dos pontos da ordem de trabalhos fosse, aprovada em minuta, tendo em conta a sua importância e de acordo com o número três do artigo número noventa e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro. ----------

-------- **A Assembleia aprovou a ata, por minuta, por unanimidade.** ----------

-------- Terminados os trabalhos, eram dezasseis horas e quarenta minutos, e não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu a todos e deu por terminados os trabalhos da primeira sessão extraordinária do ano de dois mil e vinte e três, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia. ----------

Ass: _____

Ass: _____